



SEF, ANSR e UTIS – Tagus Park

OEIRAS Estas instalações foram financiadas pela Fundimo, um fundo imobiliário da Caixa Geral de Depósitos e ocupadas pela ANSR, SEF e UTIS. A renda dos três atinge os 3 milhões de euros por ano, 33% do total

pago em rendas pelo MAI. As condições de arrendamento não são negociáveis, pois o contrato foi "blindado" de tal forma que a rescisão obrigaria o MAI a pagar todas as rendas até ao final dos 10 anos do mesmo.



Novo Comando da PSP

LOURES Este edifício, em Moscavide, Loures, foi construído de raiz pela Estamo. Já devia ter sido ocupado com o efetivo que vai sair do Comando Metropolitano de Lisboa, na Rua Capelo, e de outros serviços disper-

sos pela cidade. A renda é de 1,4 milhões de euros por ano (114 mil/mês), mas o MAI e a PSP impuseram mais uma despesa de 1 milhão de euros à Estamo, para equipar as instalações. A mudança está prevista para julho.



Quartel da Estrela da Estremadura

LISBOA Neste quartel está instalado o Grupo de Segurança da Unidade de Segurança e Honras de Estado da GNR, que faz a segurança de edifícios de soberania, como a Assembleia da República. Foi com-

Polícias gastam 10 milhões de euros por ano em rendas

Negócio. O Governo concluiu que a despesa com arrendamentos é incomportável a breve prazo e quer retirar as forças destes edifícios. Pelo menos 3,5 milhões são pagos para ocupar imóveis vendidos pelo anterior Executivo

VALENTINA MARCELINO

As forças e os serviços de segurança gastam por ano mais de dez milhões de euros em rendas dos edifícios que ocupam. O Governo quer acabar com esta despesa até ao último centímetro. "Não Pagamos!" é a palavra de ordem. O Ministério da Administração Interna (MAI) tem estado a renegociar estas rendas e procura alternativas a custo zero.

Por mês, a PSP paga 221 mil euros, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) 220 mil e a GNR 196 mil. Outras entidades do MAI despendem um total de 218 mil euros por mês em rendas (ver caixa). Por mês estes arrendamentos custam 857 mil euros.

Pelo menos 3,5 milhões desta despesa são recentes (2010/2011). Resultam, nuns casos, de rendas pagas por imóveis que antes eram propriedade do MAI, ou, noutros, de rendas de novos edifícios que as polícias foram obrigadas a ocupar quando o seus foram alienados. Foram vendidos ainda pelo anterior Governo a empresas do próprio Estado, do grupo Parpública (Estamo e Sages-tamo), para "encaixar" receita, e passaram depois a ser cobradas rendas às forças de segurança. Há três quartéis da GNR nesta situação, mas o comando da guarda recusou-se sempre a pagar.

Todo este processo terá sido arquitetado ao mais alto nível ministerial, sem o conhecimento dos dirigentes das instituições — em alguns casos, só souberam quando lhes foi

apresentada a "conta" (ver fotolegendas em cima). "Houve uma grave política de opacidade dos serviços. As forças de segurança não eram informadas destes negócios, nem sequer a Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamento (DGIE)", admitiu ao DN uma fonte governamental.

Estas rendas são de tal forma pesadas que num recente relatório do Tribunal de Contas, publicado a 27 de março último, no qual é analisado o impacto da venda de 13 imóveis à Estamo (entre 2008 e 2011) na execução da Lei de Programação de Infraestruturas e Equipamento das Forças de Segurança (LPIEFS), é salientado que "a obrigação de pagamento de valores mensais, no valor global de 164,9 mil euros, decorrente da possibilidade de gozo de alguns dos imóveis

alienados, configura a existência de verdadeiros arrendamentos".

No MAI, o objetivo da venda deste património era o financiamento da LPIEFS, mas o Tribunal de Contas percebeu o "truque" e constatou a "alta rentabilidade" do negócio: "Caso se mantenha a utilização destes imóveis, o valor global de valor resultante da alienação (32 milhões de euros) seria integralmente despendido com o seu arrendamento ao fim de 16 anos". Ou seja, um valor que era suposto servir para equipar as polícias e construir esquadras e postos, acabava por ser pago pelas próprias forças de segurança, pondo a Estamo, ao fim deste período a lucrar com estas rendas, por o seu investimento estar pago.

O MAI está a fazer uma avaliação exaustiva da situação, mas já tem uma primeira conclusão que condiciona toda a estratégia futura: esta despesa é incomportável nos próximos anos, com a já prevista diminuição da despesa pública. Principalmente na GNR e na PSP, em que quase 95% do orçamento é gasto em salários, sobrando uma ínfima percentagem para as despesas correntes e investimento. Apesar de ter sido o único ministério que viu o seu orçamento subir em 2012 e em 2013, a partir de 2014 o MAI vai sofrer os mesmos cortes dos outros sectores. "A prioridade e onde não pode mesmo faltar dinheiro é, por exemplo, para as despesas com os combustíveis e equipamento", afiança fonte do MAI.

O objetivo agora é "despejar" os polícias

de todas as instalações que estão arrendadas e encontrar alternativas sem custo. Uma das soluções, que está a ser negociada com o ministro das Finanças, passa por canalizar para as autarquias fundos comunitários para recuperação de património. As câmaras não têm qualquer despesa (85% é financiamento europeu e 15% é do próprio MAI), reabilitam e valorizam edifícios velhos, preferencialmente no centro das localidades, e cedem-nos *sine die*, gratuitamente, à força policial daquela zona. "As autarquias estão muitíssimo entusiasmadas com esta possibilidade e têm aderido muitas", disse ao DN uma fonte do MAI. "Todos os dias somos contactados por presidentes de câmaras. Já há mais de 70 'inscritos'", acrescenta.

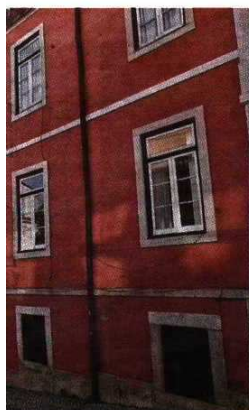
Estes fundos, no entanto, não podem ser utilizados na região de Lisboa e Vale do Tejo nem no Algarve, por serem consideradas zonas mais desenvolvidas. Para aqui, o MAI está de olhos postos em edifícios do Estado que foram, antes, cedidos a particulares e a associações, para negociar a sua devolução e ocupá-los. Outra hipótese é a ocupação de escolas abandonadas, principalmente no interior do País.

O secretário de Estado da Administração Interna, Juvenal Penada, fez uma extensa listagem de todos os imóveis arrendados e tem os dossiês em permanente atualização. Há contratos que ainda não começaram a ser cobrados e, caso não sejam renegociados ou até suspensos, podem inflacionar brutalmente a despesa das polícias.

CUSTOS

Totais rendas MAI em maio de 2012

	857 117,82 euros/mês
MAI (Secretaria-Geral, Sistema de Segurança Interna e Gabinete Coordenador de Segurança)	17 841
PSP	221 230,60
GNR	196 065,30
SEF	220 913,22
ANSR	63 585
DGIE	38 967,40
IGAI	22 667,40
ANPC	19 882,16
DGAI	16 666,67
EMA	7 315,40
UTIS	31 983,68



GNR

prado em 2009 pela Estamo e foi estipulada uma renda de 291 600 euros por ano (24 300/mês). A GNR nunca pagou, alegando desconhecimento do negócio e inexistência de contrato. OMAI assumiu a conta.



Quartel de Santa Bárbara

LISBOA Este quartel é das instalações mais degradadas da GNR. Há anos que é assim e a guarda tem desde sempre insistido na necessidade de encontrar edifícios dignos para alojar a Unidade de Intervenção, a tropa

de elite desta força de segurança. No entanto, apesar das condições, em janeiro de 2011 foi instada a pagar uma renda de quase 400 mil euros por ano, porque aquele quartel tinha sido comprado pela Estamo.



8.ª Esquadra da PSP

LISBOA Esta é uma das esquadras simbólicas de Lisboa. De acordo com um estudo de racionalização de instalações feito pela PSP, está na lista das 13 que devem encerrar nesta cidade. Apesar de a renda ser irrisória,

a segunda mais baixa da PSP (a menor é de 18 euros pela 41ª, na Rua Maria José da Guia), a PSP argumenta que a esquadra não tem efetivo próprio nem condições dignas para um atendimento de qualidade.

Sindicatos lamentam arrendamentos

CRÍTICAS Os sindicatos das três maiores entidades sob tutela do Ministério da Administração Interna, GNR, PSP e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), criticam as decisões do anterior Executivo que levaram ao aumento brutal das despesas com as instalações, lamentando que muitos dos negócios tenham sido feitos nas "costas das polícias".

O presidente da Associação de Profissionais da GNR, César Nogueira, entende que a Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) "devia ter estado mais atenta a estes negócios". Por seu lado, o presidente do Sindicato Unificado de Polícia, da PSP, Peixoto Rodrigues, entende "que todas estas situações de arrendamentos devem ser revistas", afirmando haver casos "de rendas cobradas em edifícios em muito mau estado".

O dirigente da Associação Sindical de Profissionais de Polícia (da PSP), Paulo Rodrigues, nota que "este foi um mau negócio, que não beneficiou o Estado nem as polícias", e lamenta que a PSP não tivesse "sido ouvida atempadamente em relação às suas próprias instalações (casos do novo comando de Lisboa e de Belas)".

Já o presidente do Sindicato dos Inspetores do SEF, Acácio Pereira, sublinha que "quem está a pagar estes negócios são os profissionais: sempre que se tenta negociar alguma atualização salarial, um dos argumentos principais que é sempre usado pela direção é que não é possível por causa das elevadas despesas com as rendas". Este dirigente sindical considera "inaceitável" que, "tendo o Estado tantos imóveis cedidos a particulares, obrigue as suas polícias a pagar rendas".

Todos os sindicatos aplaudem que o Governo ponha fim a estas despesas. VM.

CASOS

Responsáveis

► Quando esta "corrida" à venda de património foi realizada, ainda pelo Governo PS, era Teixeira Santos o ministro das Finanças, e no Ministério da Administração Interna (MAI) tinha como interlocutor o secretário de Estado Conde Rodrigues, responsável pela gestão orçamental do ministério. Rui Pereira era o ministro.

Artifício

► A venda de património do Estado a empresas do Estado foi um dos artifícios de Teixeira dos Santos para baixar (esconder?) o défice. A venda fazia entrar receita nos cofres públicos mas, como as transações eram feitas através de empresas públicas (grupo Parpública), a despesa não contava para o Orçamento do Estado e, desta forma, não era incluída no défice que seguia para Bruxelas.

Mau negócio

► Várias situações desta "engenharia" financeira deram mau resultado: rendas que nunca chegaram a ser pagas e alguns imóveis comprados pela Estamo estão há anos por vender. Exemplo é a ex-sede do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, na Rua Conselheiro José Silvestre, em Carnide. A Estamo comprou-o em 2007 por 5,7 milhões de euros e agora, de acordo com informação disponível no site da empresa, está à venda por menos cerca de 400 mil euros.

Bom negócio

► A Estamo comprou por 6,2 milhões, em 2008, ao MAI o edifício na Rua Martens Ferrão, Lisboa, onde estão instaladas a Inspeção-Geral da Administração Interna e a Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos. A renda é 740 mil euros por ano. Em pouco mais de oito anos, recupera a despesa.

Ótimo negócio

► A Estamo comprou 7,5 hectares do terreno (em 160), onde estão as instalações da Unidade Especial de Polícia, em Belas, por 3,7 milhões de euros. A renda para a PSP é 140 mil euros mensais. Em pouco mais de dois anos a Estamo recuperará o investimento. Mas a PSP ainda não paga...

Duplicações

► O SEF está a pagar rendas em balcões de lojas do cidadão, em cidades onde existem direções regionais do serviço. Em Braga, Aveiro e Viseu, onde se paga 114 mil euros por ano à loja do cidadão e há outras instalações do SEF.

Justiça suporta 40 contratos de rendas

'PARCERIA' O ministério paga anualmente cerca de 38 milhões de euros por edifícios, que, nalguns casos, vendeu para arrendar depois

Ministério da Justiça paga anualmente cerca de 38 milhões de euros com arrendamentos de edifícios, num total de cerca de 40 contratos, em que se englobam 15 milhões só para o Campus da Justiça de Lisboa. Mas, uma boa parte dos imóveis era propriedade sua, tendo-os vendido para os arrendar a seguir, em nome do combate ao défice.

Foi em 2006 que o então ministro da Justiça Alberto Costa avançou com um vasto programa de alienações que rendeu ao Estado cerca de 230 milhões de euros. Entre o muito património vendido conta-se os estabelecimentos prisionais (EP) de Lisboa e de Pinheiro da Cruz, os maiores do País, por 60 e 81 milhões de euros, respetivamente. Mas continuou a ocupar ambos os edifícios, passando de dono a inquilino.

Agora, paga todos os meses uma renda que, em conjunto, supera os sete milhões de euros anuais. Desconhece-se até quando, visto que nenhum concurso público está a decorrer para a construção de novos edifícios que os substituam.

Se a atual situação se prolongar, todo o dinheiro recebido pela venda dos dois EP acaba dissipado

nas rendas mensais, o que corresponde, anualmente, a 5% do valor de venda, havendo o risco de nada sobrar para suportar a construção de novas prisões. Trata-se de um bom negócio sobretudo para quem compra.

Estes dois exemplos repetem-se em vários outros imóveis, nomeadamente nos EP de Castelo Branco e de Portimão, e em vários edifícios na cidade de Lisboa ocupados pela Polícia Judiciária (PJ), e também, durante muito tempo, com o edifício onde funcionava a Direção-Geral da Política da Justiça, vendido por 4,1 milhões e depois arrendado por 29,300 euros por mês. "Em alguns casos não se tratava de arrendamentos, mas de autênticas parcerias público-privadas", comentou a ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, em entrevista ao DN.

O comprador e depois arrendatário foi sempre o mesmo: a Estamo, empresa que é o braço da Parpública para o imobiliário. Em causa está uma manobra contabilística a que o Estado tem recorrido nos últimos anos para encaixar receitas para abater o défice. Em 2010, a venda de imóveis à Estamo somou 280 milhões de euros.

Entretanto, o Ministério da Justiça, com o atual Governo, tem vindo a renegociar e a rescindir alguns arrendamentos, estimando poupar assim, este ano, cerca de seis milhões de euros.

LICÍNIO LIMA